

O presidente José Sarney está convencido de que seu sucessor terá melos vantajo-
sos de operar a dívida externa brasileira.
Será um legado seu, fruto de posições fir-
madas no atual governo a partir dos pro-
nunciamentos presidenciais na Organiza-
ção das Nações Unidas.

Em decorrência do novo enfoque do Bra-
sil, o problema passou a ser visto pelos
países latino-americanos endividados sob o
aspecto que interessa a todos: o político.
Há, hoje, mobilização de esforços para
uma linha coerente de atuação em favor de
um comportamento humano por parte dos
credores internacionais.

É também importante a adesão de figu-
ras de projeção mundial à tese levantada
por Sarney. De início ele sensibilizou leve-
mente o presidente Ronald Reagan, sem
obter os efeitos desejados, o que facilitaria

as coisas ainda neste período governamen-
tal. Já o próximo ocupante da Casa Branca,
George Bush, assimilou melhor o ponto de
vista brasileiro. E, tudo indica, em janeiro
inaugura-se uma época diferente no rela-
cionamento Brasília-Washington quanto a
questões significativas para os devedores
em geral.

Mas os resultados concretos só devem
aparecer mesmo em 1990, quando outro go-
vernante estará instalado no Palácio do
Planalto. Serão, de fato, tempos propícios
ao estabelecimento de negociações além
das premissas econômicas. O ângulo políti-
co há de pesar, de modo a prevalecer a de-
terminação brasileira sustentada pelo pre-
sidente Sarney — não fazer da dívida exter-
na instrumento de maiores sacrifícios para
o povo — que vai somando progressivo
apoio internacional. Da Casa Branca ao
Kremlin.